

SANTOS, R. de J.. Relações, negociações e soberania: o caminho da integração energética sul-americana. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 14 – 25, nov. 2014.

RELAÇÕES, NEGOCIAÇÕES E SOBERANIA: O CAMINHO DA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA SUL-AMERICANA

Romário de Jesus Santos*

Resumo: Este artigo aborda a integração energética sul-americana desde o ponto de vista das relações e negociações entre os países da região, bem como as implicações que envolvem a soberania dos recursos energéticos. Conclui-se que apesar de algumas divergências, o processo avança, sendo as vias institucionais e diplomáticas as que apresentam melhores soluções.

Palavras-chave: América do Sul. Soberania. Energia.

Abstract: This article approaches the South America energy integration from the point of view of the relations and negotiations among the countries of the region, as well as the issue that involves sovereignty over the energy resources. We conclude that, despite some divergences, the process goes on, and institutional and diplomatic paths present the best solutions.

Key-Words: South America. Sovereignty. Energy.

Introdução

Durante muito tempo os conflitos (alguns bélicos) entre os vizinhos na América do Sul foram uma marca das relações entre países desta região. Os conflitos cederam lugar à cooperação, e as divergências são resolvidas pela via diplomática, inclusive em situações que suscitariam uma resposta bélica, como na clara violação do espaço aéreo equatoriano pelas forças armadas colombianas.¹

Dois dos atores do Sistema Internacional concorrem para o maior entendimento entre os países do Cone Sul: o Estado e as Organizações Internacionais. O primeiro representado pelos próprios países, que por sua vez criaram o segundo. Daí resultam organismos sub-regionais como Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e Comunidade Andina de Nações (CAN), e a União das Nações Sul-americanas (UNASUL), que é de abrangência regional. Todos visam à integração, especialmente a energética.

* Bacharel em Negociações Internacionais (LEA) pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Email: romariostos@gmail.com.

¹ Fato ocorrido em março de 2008. O Estado colombiano alegou que estava em busca de supostos guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) que se escondiam em território equatoriano.

SANTOS, R. de J.. Relações, negociações e soberania: o caminho da integração energética sul-americana. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 14 – 25, nov. 2014.

Neste artigo são abordadas questões concernentes às relações e negociações entre as nações sul-americanas, soberania e o papel da UNASUL no processo de integração energética. Integração é, prioritariamente, nos mais diversos eixos, um dos assuntos mais importantes da diplomacia estatal das nações regionais, energia é fator fundamental para promover o desenvolvimento e o crescimento da economia de qualquer país.

2 Relações e Negociações na América do Sul: a soberania dos recursos energéticos

No âmbito das Relações e Negociações Internacionais, as organizações de caráter intergovernamental, as corporações multinacionais e, principalmente, o Estado, são os atores responsáveis pela interação daqueles que participam do Sistema Internacional. Cabe ao Estado, o papel de ator principal, evidenciado por sua personalidade jurídica de direito internacional público.

O Estado é detentor de direitos e deveres internacionais, devendo manter sua soberania para obter reconhecimento internacional. Soberania que deve ser entendida como a faculdade de elaborar leis que padronizem as instituições e organizem o convívio social (GONÇALVES, 2004).

Por outro lado, temos as organizações internacionais, que passaram a ganhar maior destaque no século XX. Esses tipos de atores são, em sua maioria, de caráter multilateral, possuem personalidade jurídica e são regidos por lei internacional.

A literatura reconhece o caráter anárquico do Estado, visto que esse se subordina unicamente às suas leis internas, especialmente porque não há o reconhecimento de uma governança global ou de caráter supranacional. O Estado estará vinculado unicamente aos ditames internacionais em caso de o mesmo ser signatário de acordos internacionais.

No Sistema Internacional a ordem nasce das relações que se estabelecerão entre os atores e suas dinâmicas, predominando a lógica da competição e da sobrevivência, do choque de interesses. Tais choques levarão a um cenário de perfil incerto que dependendo do contexto, da época e dos atores envolvidos oscilará entre dois eixos básicos, o da cooperação e do conflito (PECEQUILO, 2004, p. 38).

Soberania deve ser entendida como poder supremo. Em razão do caráter territorial do Estado, é exercida no âmbito interno; não há meios para uma soberania externa. Soberania externa é um contrassenso, uma vez que uma das prerrogativas da soberania é a não necessidade de reconhecimento de um poder que lhe seja superior. Um Estado, em razão de sua soberania, não deve se submeter às legislações de outro Estado (GONÇALVES, 2004).

Obviamente que, quando esse firma acordos, ele estará se vinculando e se submetendo a regras que deverão ser cumpridas, independente de soberania ou não. Da mesma forma, o Estado pode solicitar revisão e protestar contra procedimentos abusivos dos seus pares signatários envolvidos. São justamente essas questões que têm sido observadas e revistas nos contratos dos empreendimentos hidroelétricos binacionais e no fornecimento de gás natural.

Logo de sua assunção ao cargo de primeiro mandatário do Paraguai, o ex-presidente Fernando Lugo atendeu a uma reivindicação antiga daquele país: a revisão do Acordo de Itaipu². O Brasil vinha pagando um valor igual ao preço de custo pelo fornecimento do excedente de 45% da energia gerada por Itaipu. Isto é, 50% da energia para o Brasil, 5% supriam 90% da demanda paraguaia, e os 45% mencionadas tinham de ser fornecidos a preço fixo ao Brasil (CARO, 2009).

O presidente foi até a OEA para protestar. As negociações iniciadas em 2009 tiveram um desfecho em 2011, quando o Senado brasileiro, através do Decreto nº 115, aprovou a triplicação da compensação paga ao Paraguai pela cessão da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu. O valor passou de 120 a 360 milhões de dólares anuais (BRASIL, 2011).

Quanto a Hidroelétrica de Yaciretá (hidroelétrica binacional pertencente à Argentina e ao Paraguai), o Paraguai, na figura do presidente Horacio Cartes, negocia uma dívida de cerca de 17 milhões de dólares com o tesouro argentino, referentes a

² Tratado entre o Brasil e o Paraguai, assinado em 26 de abril de 1973, para o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná e construção da Hidroelétrica Binacional de Itaipu.

investimentos feitos pelo Estado argentino. As negociações ainda não alcançaram o êxito das que envolveram Itaipu.

Os problemas envolvendo o gás natural também circundam o processo de integração energética. Quando Evo Morales assumiu o poder em 2006, na Bolívia, uma de suas primeiras atitudes foi nacionalizar os recursos energéticos, dentre eles o gás natural. O governo boliviano buscava aumentar o preço da fonte, tendo em vista que esta era vendida quase pela metade do valor pelo qual era negociado no mercado internacional. Tal atitude afetou diretamente a Argentina e, principalmente, o Brasil, pois o país era o maior investidor, por meio da Petrobrás, neste setor do país vizinho. O Brasil passou a mesma situação no Equador quando o presidente Rafael Correa assumiu, também em 2006.

A tendência em resgatar um papel mais ativo do Estado subjaz as declarações oficiais acordadas entre os governos sul-americanos. Em todas elas, há a reivindicação do direito soberano dos países de estabelecerem os critérios que assegurem o propalado desenvolvimento sustentável, ao se utilizar os recursos naturais renováveis e não-renováveis, bem como administrar sua própria taxa de exploração. De igual modo, respeitar os modos de propriedade que cada Estado utiliza para o desenvolvimento de seus recursos energéticos (CARO, 2010).

3 O antagonismo entre Brasil e Venezuela: agrocombustíveis versus petróleo

De 1998 a 2006 a América do Sul viveu um período em que foram eleitos vários presidentes de orientação esquerdista. Foi assim com Hugo Chávez na Venezuela (1998), Luís Inácio Lula da Silva no Brasil (2002), Néstor Kirchner na Argentina (2003), Rafael Correa no Equador, Evo Morales na Bolívia e Michelle Bachelet no Chile (2006). A ideia da sul-americanidade, que vinha ganhando força, desde o início dos anos 1990, e a organização da I Reunião de Presidentes da América do Sul, por parte do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2000, alavancaram os diálogos entre os países regionais. Nesse contexto, as nações sul-americanas adentram a primeira década do século XXI mais propensas a negociar, debater, criar instituições que facilitem o desenvolvimento de projetos que contemplem os anseios regionais, firmar e cooperar em áreas de interesses mútuos.

Couto (2009) afirma que a região vem se consolidando como uma unidade política, ao mesmo tempo em que as iniciativas de integração econômica se desenvolvem juntamente com a implementação de projetos de integração física e de projetos de integração social e cultural.

As supramencionadas eleições, somadas à maior flexibilidade em termos de negociações e relações multilaterais no microambiente sul-americano, são inegáveis. Resulta que, numa situação como essa, abre-se a possibilidade de luta pela liderança regional. Nesse caso, a rivalidade, nem sempre velada, fica a cargo do Brasil e da Venezuela.

O Brasil é, naturalmente, o líder regional. Maior extensão territorial, maior quantidade de recursos ambientais, maior população, economia mais forte, além da recente atuação como *global player*. O país exerce nitidamente influência sobre a economia dos países vizinhos, e o Estado brasileiro tem na região uma firme atuação diplomática a fim de garantir seus interesses.

Com isso, a América do Sul, que sempre constou das considerações geopolíticas brasileiras, passou a representar a plataforma regional que referencia a estratégia de inserção internacional do Brasil. Algumas luzes foram lançadas nessa direção em meados da década de 1990, mas é no início do século XXI que essa tendência parece se consolidar (COUTO, 2009, pag.7)

Por sua vez, a Venezuela não possui as dimensões territoriais brasileiras, tampouco o poder econômico. Seu poder vem das suas reservas de petróleo e iniciativas como a Alternativa Bolivariana para América Latina e Caribe (ALBA). A ALBA surgiu em 2001, como uma alternativa à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que naquele momento estava em fase de negociação. Tem caráter cooperativista e incentivador. O Sucre³ também faz parte dos projetos criados pela Venezuela. O petróleo é fonte energética (financeira) dos projetos da Venezuela.

Dados os graus de liberdade que lhe outorga a renda petrolífera, o Estado venezuelano, por vontade do grupo de poder que lidera atualmente o governo nacional, pode decidir utilizar à vontade os rendimentos advindos do petróleo a fim de criar laços políticos mediante a satisfação de diferentes necessidades, entre as quais se sobressaem – não sendo as únicas – as associadas com o consumo de energia para o desenvolvimento econômico (BAPTISTA, 2007, p. 98, tradução nossa).

³ Sistema Unitário de Compensação Regional – SUCRE, moeda utilizada nas transações comerciais realizadas entre os países membros da ALBA, sendo utilizado por Venezuela, Uruguai, Equador, Bolívia, Cuba e outros países caribenhos nas relações comerciais entre ambos.

Estas circunstâncias, somadas à dualidade petróleo versus agrocombustíveis, têm levado os países a um enfrentamento na questão energética.

O incremento na demanda de energia e o esgotamento das reservas de petróleo têm forçado os países a buscarem fontes alternativas, limpas e renováveis. Nos últimos anos, estes intentos têm encontrado respaldo nos agrocombustíveis: biodiesel e etanol. Brasil, Argentina, Colômbia e Paraguai são os expoentes regionais neste ramo, principalmente o primeiro. De outra parte, posicionam-se os sul-americanos exportadores de petróleo e gás natural, Venezuela, Equador e Bolívia, que enxergam nos agrocombustíveis uma ameaça aos seus mercados.

O antagonismo envolvendo petróleo e agrocombustíveis, representado respectivamente por seus maiores representantes regionais, remontam a Cúpula Energética Sul-Americana, realizada em 2007 na Ilha Margarita, território venezuelano.

Organizada pelo então mandatário venezuelano Hugo Chávez, a Cúpula tinha como objetivo principal discutir a questão energética, sobretudo o aspecto integracionista. A Venezuela fez uma defesa veemente do projeto, tendo por base suas iniciativas. O Brasil fez, também, uma defesa veemente do seu, lançando mão de sua inovadora fonte energética. Outros pontos não relativos à energia foram debatidos e uma vez que as partes divergiam em muitos deles, percebendo a ameaça dos agrocombustíveis ao seu petróleo, o Estado venezuelano e seus parceiros começaram ali as críticas aos agrocombustíveis e ao Brasil.

Um dos pontos divergentes foi a proposta boliviana e venezuelana de criar um organismo regional chamado Organização dos Países Produtores de Petróleo e Gás Natural da América do Sul (OPPEGASUL). A proposta foi rechaçada pelo então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, sob o argumento de que se os sul-americanos querem se integrar, não deve haver separação entre produtores e consumidores. Seguiu-se um ataque venezuelano aos agrocombustíveis, sob o argumento que os mesmos só servem para impulsionar a indústria automobilística e que a destinação de terras ao cultivo de matéria-prima para esta fonte comprometeria a produção de alimentos (MALAMUD, 2007).

O discurso do falecido presidente Chávez foi abraçado pelos ambientalistas, que desde então passaram a rechaçar os agrocombustíveis. O então presidente Lula, respondeu ao argumento afirmando que ninguém deixa de comer por falta de alimentos, sim por falta de renda.

Fica claro, que a energia na região, longe de ser um instrumento de integração, se converteu numa ferramenta para ganhar posições e influência no velho jogo geopolítico de balanço de poder que tem duas formas de se apresentar: a ideologia (liberalismo-socialismo) e a dos interesses nacionais. O segundo tema, o dos interesses nacionais, é mais fácil de conciliar com a integração na medida em que se busquem pontos de encontro que permitam aproximar as diferentes posições a uma situação em que cada um dos atores possa obter um ganho que não existiria sem integração (OBANDO, 2008, p. 139, tradução nossa).

Não há dúvidas de que enquanto as reservas de petróleo não se esgotarem, elas não deixarão de ser utilizadas. A transição de uma fonte de energia para outra é um processo longo, realizado paulatinamente. Não há como não reconhecer a necessidade do uso do petróleo, a despeito dos danos que sua queima ocasiona, e há países nos quais esta fonte representa uma das poucas, senão a única fonte de receitas. Por outro lado, os agrocombustíveis surgem como uma alternativa interessante, não como um substituto imediato da fonte fóssil, e sim como uma das alternativas de substituição.

No que tange a fatores ambientais, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) procura desenvolver o método do Sistema Integrado Lavoura-Pecuária-Floresta, que abrange, de forma integrada, a agricultura de alimentos, a agricultura de energia, a produção de fibras e a conservação ambiental (CRESTANA, 2007).

O governo brasileiro é um grande incentivador dos agrocombustíveis, sendo o cultivo de plantas, que servem de matéria-prima para a fonte, um dos mecanismos para manter as pessoas no campo produzindo, já que as cidades brasileiras estão abarrotadas. Ademais, no que concerne à crítica de que a produção de matérias-primas para a produção de agrocombustíveis rivaliza e prejudica a produção de alimentos, é mais fácil que as pessoas morram de fome porque não há quem produza alimentos no campo, do que pelo fato de se estar dividindo a mesma terra com a produção de plantas que serão utilizadas como matérias-primas para a fabricação de uma fonte energética.

4 UNASUL, o Conselho Energético Sul-Americano e o Tratado Energético Sul-Americano

No ano de 2004, os países sul-americanos se reuniram em Cuzco, no Peru. Desse encontro originou-se a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), que posteriormente teria seu nome alterado, a pedido do presidente Chávez, para União das

Nações Sul-Americanas. Ainda em fase de consolidação, a principal tarefa da UNASUL é unir os ideais regionais no que tange a integração, convertendo-se na substituta da CAN e do MERCOSUL, os dois projetos de integração regional mais emblemáticos, apesar de sub-regionais. Sua estrutura é formada por conselhos em áreas estratégicas, como por exemplo, segurança, saúde, educação, infraestrutura e planejamento, e energia.

Mais bem estruturada e abrangente do que outras iniciativas, a UNASUL é também um fórum de debate importante dos sul-americanos. Os conselhos diversificaram a pauta de assuntos, antes restrita a questões econômicas, adotando a paridade entre os membros e hierarquizando os objetivos que serão prioridade do processo integracionista regional.

Obviamente, o otimismo deve ser moderado, pois a UNASUL pode ser o cenário de “confrontação” entre Brasil e Venezuela, tanto devido ao modelo de integração como pelo modelo de integração energética - regionalismo aberto revisado versus ALBA revisitado, fontes fósseis versus agrocombustíveis (PUERTAS, 2008).

A energia terá um papel fundamental na consolidação da UNASUL, da mesma forma que a UNASUL será de fundamental importância para a integração energética sul-americana. São desse organismo duas das principais ações no sentido de dinamizar o processo: o Conselho Energético Sul-Americano e a proposta do Tratado Energético Sul-Americano⁴. O Conselho foi criado em uma reunião de mandatários regionais, realizada em 2010, na cidade Argentina de Los Cardales, e tem como atribuição considerar os pontos em comum dos países sul-americanos em termos de matéria energética. Na mesma reunião, após a instituição do Conselho, os membros decidiram elaborar uma proposta para o citado tratado, que deveria ser o mais abrangente já firmado no subcontinente em se tratando de energia.

Segundo consta em um relatório da Organização Latino-americana de Energia (2012), o Tratado Energético Sul-Americano já possui uma estrutura pronta e o conteúdo da carta deverá ser decidido em futuras reuniões dos líderes regionais. A estrutura versa sobre os seguintes pontos: princípios e compromissos fundamentais,

⁴ Tratado que pretende ser o marco regulatório do setor energético na América do Sul e ditar as diretrizes para consolidação do projeto de integração energética. Teve sua estrutura aprovada na Cúpula Presidencial em Los Cardales, na Argentina, em 2010, e seu conteúdo deverá ser objeto de negociação por parte dos países sul-americanos.

objetivos, infraestrutura energética, marcos regulatórios, segurança energética, intercâmbios energéticos, mecanismos de cooperação, cooperação técnica, desenvolvimento tecnológico e científico, aspectos ambientais, investimentos, adesão, salvaguardas, assinatura e ratificação, entrada em vigor e duração, emendas e denúncia.

Nota-se como os membros prezaram pela cautela ao incluir pontos que poderiam levar a desentendimentos e impasses futuros. Analisando sua estrutura, o acordo mostra-se abrangente, ao passo que suprirá a necessidade de um marco regulatório para as relações envolvendo a integração energética regional. Espera-se que este acordo venha a ser um substituto aos infindáveis acordos na área energética, sobretudo aqueles que têm caráter sub-regional ou bilateral.

Puertas (2008) afirma que o maior obstáculo para que a UNASUL se firme é a numerosa quantidade de iniciativas integracionistas na região. É muito difícil que um novo processo ganhe espaço quando tantos outros estão em marcha com igual número de burocracias dispostas a defender seu espaço, e com tantos interesses sub-regionais, intra-regionais e nacionais divergentes. Superar as diferenças políticas em busca de um objetivo superior é o maior desafio da UNASUL. Nesse sentido, citamos, portanto, o que Ericson de Paula adverte:

O objetivo é possível, ao existir países com grandes reservas de petróleo, gás natural e recursos hidrológicos que os fazem exportadores naturais de energia com um mercado continental de apreciáveis dimensões. Além disso, o objetivo é desejável, porque um “mercado continental integrado de energia” construído sobre princípios econômicos razoáveis aumenta a eficiência do setor e sua implementação contribuirá para aumentar o comércio dentro do continente de forma importante, e a criar os benefícios associados a este comércio (PAULA, 2002, pag. 396, tradução nossa).

Nesse contexto, cabe mencionar que ainda que velhas desavenças ecoem até os dias atuais, os países sul-americanos têm demonstrado uma maior inclinação a considerar mais fatores externos que os próprios objetivos em primeiro lugar. Mesmo com o comando de muitos países nas mãos de governos de esquerda, presenciamos que a cooperação pode não se refletir no ambiente das Relações e Negociações Internacionais. Salienta-se, ademais, a importância que os países têm dado à integração, pautando-a não apenas em questões de ordem econômica. A UNASUL se encaixa como um modelo de fortalecimento do ambiente institucional e de diálogo. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e, mais

recentemente, Suriname e Guiana têm se esforçado – entre erros e acertos - para construir uma América do Sul mais forte, justa e igualitária.

5 Considerações finais

As relações entre os países da América do Sul sempre foram marcadas pelas rusgas entre os países da região. No entanto, nas últimas duas décadas a postura de enfrentamento tem cedido lugar a um ambiente de cooperação e resolução de problemas pela via diplomática. O surgimento e fortalecimento dos blocos regionais corroboraram para uma maior abertura no âmbito das relações e negociações entre os Estados sul-americanos, levando, portanto, à busca de resoluções de velhos e novos problemas.

A integração energética tornou-se um dos pontos cruciais do projeto de integração regional. Os organismos internacionais regionais sempre a destacam com veemência, apontando para os benefícios que esta pode trazer para o continente e, é claro, para sua população. Contudo, a questão da soberania sobre os recursos energéticos, o modelo de integração e, sobretudo, a fonte energética que será a principal propulsora do processo, são obstáculos a serem ultrapassados pelos entusiastas do projeto.

Reduzir o número exacerbado de cartas, memorandos, atas, acordos, tratados, convenções etc., máxime os de caráter bilateral, é um dos desafios do projeto. Buscar uma alternativa que os unifique, como, por exemplo, o Tratado Energético Sul-americano, resulta indispensável, uma vez que, assim, ter-se-ia um marco regulatório para o setor e o processo. De outra parte, a ênfase nos mecanismos de solução de controvérsias, pela via diplomática, deve ser preconizada.

Referências

BAPTISTA, Asdrúbal. Venezuela y América del Sur: el petróleo como vínculo económico y político. In: SCHÜT Kurt-Peter, CARUCCI T., Flavio. *Retos y perspectivas de la integración energética en América Latina. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales-ILDIS*. 1ª edición, mayo 2007. ISBN: 9789806077522. Disponível em: <<http://www.fesecuador.org/media/pdf/RetosIntegEnerg.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2014.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. (2011). *Parecer nº 153*, 2011. <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=89399&tp=1>>. Acesso em: 09 fev. 2014

CARO, Ariela Ruiz. *La cooperación e integración energética en América Latina y el Caribe*. Puente@Europa, v. 8, n. 1, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2010/05564.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2014.

COUTO, Leandro Freitas. *O horizonte regional do Brasil: integração e construção da América do Sul*. Curitiba: Juruá, 2009. 180 p.

CRESTANA, Silvio. A Embrapa e a agroenergia. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (Coord.) [et al.]. *Chegou a vez do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2007. ISBN 978-85-0300979-8.

GONÇALVES, Williams. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004. 68p.

MALAMUD, Carlos. *La cumbre energética de América del Sur y la integración regional: un camino de buenas (y no tan buenas) intenciones (DT)*. Documento de Trabajo. Real Instituto Elcano. 2007. Disponível em: <http://biblioteca.hegoa.ehu.es/system/ebooks/17351/original/La_cumbre_energetica_de_america_del_sur_y_la_integracion_regional.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2014.

OBANDO, Enrique. La energía como tema de seguridad en América del Sur. In: SCHÜT Kurt-Peter, CARUCCI T., Flavio. *El factor energético y las perspectivas de integración en América del Sur*. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales-ILDIS. 1ª edición, abril 2008. ISBN: 9789806077553. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/caracas/05559.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2014.

OLADE (2012). UNASUR: *Un Espacio que Consolida la Integración Energética*. Quito - Ecuador, junio de 2012 Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2012/10228.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2014.

PAULA, Erickson de. *Energía para el desarrollo de América del Sur*. São Paulo: Mackenzie, 2002. 410 p. ISBN 8587739468 (broch.)

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões*. 4. ed. Petrópolis, RJ Vozes, 2004.

PUERTAS, Jaime Acosta. El factor energético en la creación de la Unión de Naciones Suramericanas – UNASUR. In: SCHÜT Kurt-Peter, CARUCCI T., Flavio. *El factor energético y las perspectivas de integración en América del Sur*. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales-ILDIS. 1. ed., abr. 2008. ISBN: 978-980-6077-55-3. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/caracas/05559.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2014.